

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

BOLSISTA: ANDRÉ LUIZ BRITO SILVA FERREIRA (BOLSISTA EIC)

LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA

PERÍODO DA COLETA: 01/06/2023 até 30/06/2023

DATA DA NOTÍCIA: 01/06/2023

Título: Após sufoco na Câmara, governo aprova reestruturação ministerial no Senado por 51 x 19

Fonte pesquisada: <https://oglobo.globo.com/>

Link da notícia:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/06/mp-dos-ministerios-votacao-senado.ghtml>

Senadores aprovaram a medida provisória da reestruturação dos ministérios do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nessa quinta-feira (1). O relator, senador Jaques Wagner (PT-BA), manteve o mesmo texto referendado pela Câmara, que foi aprovado pelos senadores por 51 votos favoráveis contra 19 e uma abstenção. A medida agora vai à sanção presidencial, mas isso não precisa necessariamente acontecer dentro do prazo de validade. A oposição orientou contra a aprovação da medida.

Além de esvaziar os ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas, o texto garante a recriação da Fundação Nacional da Saúde (Funasa). O órgão havia sido excluído por uma medida provisória do governo, mas os deputados decidiram aprovar um destaque a uma outra MP, da reestruturação ministerial, para que a Funasa não seja extinta.

A votação desta quinta-feira aconteceu sob a tutela do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que seguiu o quórum da sessão de quarta-feira (31) para reabrir a deliberação nesta quinta-feira (1) e garantir mais agilidade para aprovação da medida que perde a validade na noite de hoje, com o potencial de provocar a pior derrota do governo Lula.

O líder do governo na Casa, senador Jaques Wagner (PT-BA), foi escolhido para relatar a medida e reclamou da falta de tempo e pediu vênias aos colegas para que não houvesse pedidos de alteração, inclusive, sobre a não extinção da Funasa –o que o governo era contra.

–Nunca agrada aos senhores receber uma matéria com prazo esgotado para fazer qualquer modificação– disse Wagner.

O Senado teve menos de 24 horas para analisar e aprovar o texto que a Câmara. Deputados concluíram a votação na madrugada, à 0h06, após intensas negociações e reclamações sobre falta de articulação do governo.

DATA DA NOTÍCIA: 01/06/2023

Título: Pacheco confirma indicação de Cristiano Zanin ao STF

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/06/01/pacheco-confirma-indicacao-de-cristiano-zanin-ao-stf>

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), confirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) indicou o advogado criminalista Cristiano Zanin para a vaga deixada pelo ex-ministro Ricardo Lewandowski no Supremo Tribunal Federal (STF), nesta quinta-feira (1º).

Na noite de ontem, o petista já tinha avisado Pacheco e o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que a indicação seria feita em breve. "Me encontrei ontem com o Cristiano Zanin. Ele será o indicado pelo presidente da República para a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal", afirmou Pacheco em coletiva de imprensa.

Na sexta-feira passada (26), o ministro Alexandre de Moraes também já tinha sido avisado sobre a proximidade da indicação, durante um churrasco no Palácio da Alvorada.

Agora, o advogado passará por uma sabatina entre os congressistas da CCJ do Senado. Se a indicação for aceita pelo colegiado, o nome será avaliado pelo plenário da Casa, onde precisa ser aprovado por pelo menos 41 dos 81 membros.

A votação deverá transcorrer favoravelmente sem grandes entraves. O presidente Alcolumbre deixou claro que não irá postergar a sabatina, à semelhança do ocorrido durante a indicação do ministro André Mendonça na CCJ, quando houve um adiamento de cinco meses.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), afirmou nesta terça-feira (30) que "mesmo no caso do André Mendonça eu sempre disse: é uma prerrogativa do presidente da República indicar ministro do Supremo. A menos que seja uma aberração, não vejo por que ficar postergando e atrasando".

O advogado representou Lula durante a Operação Lava Jato e estabeleceu uma proximidade expressiva com o presidente da República durante seu período de prisão, de abril de 2018 a novembro de 2019.

A atuação frente aos casos do petista rendeu a Zanin uma projeção nacional. Foi o criminalista, por exemplo, que apresentou o pedido de habeas corpus em 2021 no Supremo Tribunal Federal (STF), resultando na anulação das condenações do atual presidente. A ação apontava a incompetência e a parcialidade do então juiz Sérgio Moro.

DATA DA NOTÍCIA: 06/06/2023

Título: Câmara confirma decisão do TSE e declara perda de mandato de Deltan

Fonte pesquisada: <https://www.folha.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/06/camara-confirma-decisao-do-tse-e-declara-perda-de-mandato-de-deltan.shtml>

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados declarou na tarde desta terça-feira (6) a perda do mandato do deputado Deltan Dallagnol (Podemos-PR).

À Mesa cabe apenas fazer a declaração oficial, atendendo a decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). No último dia 16, a corte eleitoral cassou, por unanimidade, o registro da candidatura e, conseqüentemente, o mandato de deputado.

Em reunião realizada na residência oficial da Câmara, o corregedor, deputado Domingos Neto (PSD-CE), apresentou seu parecer sobre a cassação do ex-coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato em Curitiba.

A decisão da Mesa foi por unanimidade. "Não cabe à Mesa rever a decisão do TSE. É uma decisão meramente declaratória, não é homologatória. A Mesa não tinha outra alternativa", diz Luciano Bivar (União Brasil-PE), 1º secretário.

Para Deltan, a Câmara se curvou diante de uma "decisão injusta". "Hoje a Mesa da Câmara dos Deputados decidiu se curvar diante de uma decisão injusta do TSE. Mais uma vez, o Poder Legislativo decidiu se curvar à criação da lei pelo Poder Judiciário. Hoje a Casa do Povo se dobrou contra a vontade do povo", afirmou a jornalistas.

A deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), 2ª secretária da Mesa, afirmou em nota que "a decisão não envolve qualquer perseguição política". "Ao contrário do modo como procedia o ex-deputado quando procurador", disse.

Deltan afirmou que não se arrependeu "em nenhum momento" do que fez enquanto parlamentar e que não faria nada diferente para manter o seu mandato.

Agora, segundo regimento interno da Câmara, a Mesa Diretora terá até 48 horas para convocar o suplente de Deltan. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná decidiu que a vaga deve ser ocupada por Itamar Paim (PL), um pastor de Paranaguá, que teve 47 mil votos, conforme informou a coluna Painei, da Folha.

O próximo passo será o parlamentar entregar suas credenciais, assim como esvaziar o seu gabinete. Segundo membros da equipe de Deltan, a partir desta quarta-feira (7) a linha telefônica do gabinete deverá ser bloqueada, e membros do Departamento de Apoio Parlamentar da Casa entrarão em contato para tratar dos trâmites da entrega da sala.

A ação de cassação decorre de representação da Federação Brasil da Esperança (PT, PC do B e PV) e do PMN, que alegaram que Deltan não poderia ter deixado a carreira de procurador da República para entrar na política porque respondia a reclamações disciplinares, sindicância e pedido de providências junto ao CNMP —que fiscaliza os deveres funcionais dos integrantes do Ministério Público.

Os adversários do ex-procurador afirmaram que o caso se encaixa em uma das previsões de inelegibilidade definidas com a edição da Lei da Ficha Limpa, de 2010.

DATA DA NOTÍCIA: 07/06/2023

Título: Colombianos vão às ruas para apoiar Petro após governo denunciar tentativa de golpe

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/06/07/colombianos-vaio-as-ruas-para-apoiar-petro-apos-governo-denunciar-tentativa-de-golpe>

Milhares de colombianos foram às ruas em diversas regiões do país nesta quarta-feira (07) para apoiar o governo do presidente Gustavo Petro. A convocatória feita por movimentos populares e partidos ocorre em meio a uma crise vivida pelo mandatário de esquerda, classificada pelo governo como uma tentativa de "golpe suave".

Segundo o governo, marchas a favor de Petro foram registradas em ao menos 200 cidades diferentes, entre elas as principais do país como Medellín, Cali, Barranquilla e a capital, Bogotá.

Foi ali que Petro, acompanhado da vice-presidenta Francia Márquez e de alguns ministros, participou do ato e discursou a uma multidão de apoiadores reunidos na Praça de Bolívar. O presidente voltou a denunciar uma tentativa de golpe contra seu governo e disse que o povo se mobilizava para exigir a aprovação das reformas da saúde, trabalhista e da previdência apresentadas pelo governo ao Congresso.

"Há pessoas que ainda não entenderam o que significou a decisão eleitoral do ano passado. Achem que foi um delírio que já passou e deixou um presidente abandonado no palácio. Então hoje dizemos com toda clareza: não foi assim. O povo que elegeu o presidente segue com o presidente e ambos querem colocar em prática o programa que foi eleito", disse.

A crise vivida pelo governo teve início ainda em abril, quando alguns partidos de centro e centro-direita romperam com a coalizão que levou Petro à Presidência, o Pacto Histórico. O movimento ocorreu em meio às tentativas opositoras de impor travas às reformas do governo no Legislativo e obrigou o presidente a reformular seu gabinete de ministros.

Com o rompimento interno na coalizão, Petro ficou sem base de apoio para aprovar as reformas propostas. Além disso, ações judiciais do Ministério Público e da Procuradoria-Geral começaram a ser movidas contra parlamentares do Pacto Histórico, o que levou o governo a entrar em choque com o judiciário após denunciar que os casos se tratam de "politização da justiça".

Durante seu discurso desta quarta-feira, Petro buscou vincular as reformas de seu governo ao projeto político apresentado por ele na campanha e disse que estaria aberto a discutir mudanças nas propostas, "mas nenhuma que afete as garantias dos direitos do povo".

"Vamos exigir de forma respeitosa que o Congresso aprove essas reformas, mas que saibam que respeito não é debilidade, saibam que o povo não abandonou o governo, que o povo segue de pé na luta por justiça e paz", afirmou.

DATA DA NOTÍCIA: 09/06/2023

Título: Governo colombiano e grupo guerrilheiro ELN assinam cessar-fogo de seis meses

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/06/09/governo-colombiano-e-grupo-guerrilheiro-eln-assinam-cessar-fogo-de-seis-meses>

O governo da Colômbia e o grupo guerrilheiro Exército de Libertação Nacional (ELN) anunciaram nesta sexta-feira (9) a implementação de um cessar-fogo que terá a duração de seis meses e deve ter início a partir do dia 6 de julho.

A decisão é uma das três partes de um acordo assinado por ambas as delegações em Havana, capital de Cuba, durante ato que marcou o encerramento do terceiro ciclo de diálogos entre o Estado colombiano e o grupo armado.

Com a presença do presidente Gustavo Petro e do primeiro comandante do ELN, Antonio García, que foram a Havana para participar do evento, os representantes assinaram o acordo que representa o maior avanço, até agora, nas negociações de paz.

O cessar-fogo bilateral era um dos anúncios mais aguardados e entrará em vigência a partir de 6 de julho. As partes ainda anunciaram que em 10 de julho serão realizadas reuniões para aprovar os protocolos elaborados para esse período.

O segundo ponto do acordo são os preparativos para a participação da sociedade civil colombiana na construção do processo de paz por meio de uma convocatória para a formação de equipes de trabalho. Além disso, os negociadores anunciaram que o quarto ciclo de diálogos ocorrerá entre 14 de agosto e 4 de setembro, na Venezuela.

Petro chegou a Havana na noite de quinta-feira (8), em meio a uma crise no governo e enfrentamentos com a direita que impõe travas às reformas do presidente no Congresso. Já o comandante guerrilheiro Antonio García chegou a Cuba em 7 de junho, depois que a Procuradoria-Geral da Colômbia suspendeu os mandados de prisão contra ele a pedido de Petro.

Ao discursar nesta sexta-feira após a assinatura do acordo, o presidente estipulou o prazo de maio de 2025 para que os diálogos acabem definitivamente com o conflito entre o ELN e o Estado colombiano, que já dura 60 anos.

DATA DA NOTÍCIA: 14/06/2023

Título: México: candidato do governo à Presidência será definido em consulta popular

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/81192/mexico-candidato-do-governo-a-presidencia-sera-definido-em-consulta-popular>

A candidatura à Presidência do partido governista do México, Movimento de Regeneração Nacional (Morena), será definida por meio de uma consulta popular a nível nacional, com várias perguntas que servirão para medir a percepção da população sobre os atributos dos candidatos.

O processo será aberto a toda a população e os resultados definitivos serão divulgados no dia 6 de setembro — as eleições estão marcadas para 2 de junho de 2024.

A decisão foi tomada no último domingo (11/06), durante congresso do conselho nacional do Morena. O principal articulador dessa proposta foi o presidente Andrés Manuel López Obrador, que busca com isso construir uma unidade no bloco governista, evitando fissuras.

A semana que antecedeu a reunião do partido foi decisiva para a batalha interna pelo posto de candidato à sucessão, tanto que ele afirmou, repetidas vezes, que não tem preferência entre os candidatos.

No dia 5 de junho, o presidente reuniu os quatro principais aspirantes (Claudia Sheinbaum, chefe de governo da Cidade do México, Marcelo Ebrard, ministro de Relações Exteriores, Adán Augusto López, secretário nacional do Interior, e Ricardo Monreal, senador) e impôs a condição de que era preciso renunciar para participar da disputa interna, de modo que todos partam em igualdade de condições.

No dia seguinte, Ebrard renunciou ao cargo, sendo o primeiro dos candidatos a tomar essa atitude. No mesmo dia, o presidente declarou que a corrida eleitoral já havia começado e que esperava que os demais concorrentes também deixassem seus cargos públicos.

Na última segunda (12/06), um dia após o congresso do partido, foi a vez da chefe de governo da Cidade do México renunciar. Pelo Twitter, ela justificou a decisão dizendo que pretende ser a primeira mulher da história do México a "encabeçar os destinos da Nação".

"Tomo essa decisão porque considero que sou a única pessoa na disputa que provém de uma carreira científica e, ao mesmo tempo, participou da luta pelos direitos dos mexicanos, democracia, liberdades, justiça social e ambiental, desde que tinha apenas 15 anos", disse.

Formada em física pela Unam, a principal universidade do México, Sheinbaum é mestre e doutora em Engenharia de Energia. Participou do movimento estudantil, como seus pais também haviam feito. Seu primeiro cargo na administração pública foi com Obrador, como secretária de Meio Ambiente da Cidade do México, cargo que deixou em 2006 para ser porta-voz da campanha presidencial de seu padrinho político. Entre outras realizações, coordenou também o tema de governo e política para o plano de governo do atual mandato de Obrador (2018-2024).

Durante o processo de definição das regras, a principal rivalidade tem sido entre Sheinbaum e Ebrard, que têm visões divergentes sobre como o processo deve ser conduzido. Ebrard é um quadro fortemente ligado ao partido, enquanto Sheinbaum é vista como uma candidata mais independente.

Quando anunciou sua renúncia, ela postou que pretendia dar continuidade à "grande obra de transformação" do atual presidente, porém com "selo próprio".

Ebrard é um candidato que vem esperando sua vez desde 2011, quando, após angariar alta popularidade governando a Cidade do México, tentou ser candidato à Presidência e acabou derrotado nas prévias por Obrador, que acabou perdendo a eleição — nos anos seguintes, durante o governo de Enrique Peña Nieto, Ebrard sofreu perseguição política e se exilou. Em 2017, coordenou a campanha presidencial de Obrador nos estados do norte mexicano.

Quando enfim Obrador chegou ao poder, ele passou a comandar as Relações Exteriores, cargo no qual enfrentou diversas crises diplomáticas, sendo a mais grave delas em 2019, quando o então presidente Donald Trump ameaçou retaliar produtos mexicanos se o governo não tomasse medidas drásticas para deter o fluxo migratório em direção aos EUA.

A consulta popular para decidir o candidato governista será realizada de 28 de agosto a 3 de setembro, por meio de quatro institutos de pesquisa que replicarão um questionário em diversos pontos do país, simultaneamente. Morena vetou os institutos que erraram por margem extensa de votos em pesquisas recentes.

Além dos quatro candidatos citados, participarão da disputa o deputado Gerardo Fernández Noroña, do Partido do Trabalho, e o senador Manuel Velasco, do Partido Verde, aliados de

Morena. Eles ficam proibidos de conceder entrevistas a meios de comunicação considerados reacionários, conservadores e adversários do governo — os nomes ainda serão definidos. Eles também não podem se confrontar nem desqualificar uns aos outros. E são obrigados a respeitar o resultado da consulta popular.

O segundo e terceiro colocados terão garantidas a coordenação do partido no Congresso ou um posto no gabinete do próximo presidente.

DATA DA NOTÍCIA: 16/06/2023

Título: PF encontra no celular de Mauro Cid documento com instruções para golpe de Estado

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com/>

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2023/06/16/pf-encontra-documento-com-instrucoes-para-golpe-de-estado-no-celular-de-mauro-cid.ghtml>

Um relatório da Polícia Federal (PF) divulgado pela revista "Veja" nesta quinta-feira (16) revela a existência de um documento com instruções para um golpe de Estado no celular do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Cid foi preso no dia 3 de maio, em uma operação que apura suspeita de fraude em cartões de vacinação de Bolsonaro e auxiliares. O celular dele também foi apreendido na ocasião.

O relatório da PF diz que o documento foi criado em 25 de outubro de 2022. Não há indicação de que o texto tenha sido encaminhado ao ex-presidente Bolsonaro, nem sobre a existência de conversas com esse teor entre os dois.

O documento encontrado no celular de Cid é intitulado "Forças Armadas como poder moderador" e traz uma série de ações para desconstituir as instituições democráticas.

Entre elas, a nomeação de um interventor, o afastamento e abertura de inquéritos contra ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e outras autoridades, e a fixação de um prazo para novas eleições. O documento aponta que as medidas poderiam ser tomadas após autorização do presidente da República.

A minuta afirma, sem provas, que ministros do TSE teriam sido responsáveis por "atos com violação da prerrogativa de outros poderes". Por isso, sem citar nomes, afirma que eles deveriam ser trocados pelos próximos da fila de substituição no Supremo Tribunal Federal (STF): Kassio Nunes Marques, André Mendonça e Dias Toffoli.

DATA DA NOTÍCIA: 16/06/2023

Título: No Peru, governo Boluarte enterra projeto de antecipar eleições: 'trabalharemos até julho de 2026'

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/81244/no-peru-governo-boluarte-enterra-projeto-de-antecipar-eleicoes-trabalharemos-ate-julho-de-2026>

Em um pronunciamento em rede nacional realizado nesta sexta-feira (16/06), a presidente do Peru, Dina Boluarte, anunciou um decreto que encerra a discussão do último projeto de lei que propunha a antecipação das eleições presidenciais no país.

No vídeo, Boluarte apareceu junto com o chefe do Conselho de Ministros, Alberto Otárola, e com o ministro da Economia, Alex Contreras. “Está encerrada esta questão das eleições antecipadas, vamos continuar a trabalhar com responsabilidade, no respeito pelo Estado de direito, pela democracia e pela Constituição, até julho de 2026”, frisou a presidente.

A antecipação das eleições era a principal demanda dos movimentos sociais desde o início da mais recente crise política peruana, originada pela destituição do ex-presidente Pedro Castillo em dezembro de 2022 e sua substituição por Boluarte, cujo governo foi considerado ilegítimo por diversos setores.

A situação gerou uma intensa onda de protestos exigindo novas eleições no país ainda em 2023, além da realização de um plebiscito para criar uma assembleia constituinte e escrever uma nova constituição, substituindo a atual, imposta em 1992 pelo então ditador Alberto Fujimori.

Entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023, foram apresentados ao Congresso do país (unicameral) três projetos propondo a antecipação das eleições, mas dois deles, que previam votação ainda em 2023, foram rejeitados pelos congressistas, e uma última iniciativa, que previa um novo pleito apenas em 2024, se encontrava congelada no Legislativo desde março passado.

A decisão de Boluarte acontece às vésperas de uma nova onda de manifestações que os movimentos sociais peruanos vinham anunciando para os meses de junho e julho. A chamada “Nova Tomada de Lima”, evocando a “Tomada de Lima” realizada em fevereiro deste ano, prevê uma marcha dos movimentos partindo de diferentes regiões do Peru até a capital do país, para exigir a antecipação das eleições.

Até o momento, os movimentos não se pronunciaram sobre se a decisão de Boluarte mudará a agenda de manifestações programadas para as próximas semanas.

DATA DA NOTÍCIA: 19/06/2023

Título: Conflito entre Luis Arce e Evo Morales gera crise política na Bolívia

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/81284/conflito-entre-luis-arce-e-evo-morales-gera-crise-politica-na-bolivia>

A crise interna do partido governista boliviano Movimento ao Socialismo (MAS) ganhou um novo capítulo neste domingo (18/06) após as declarações do ex-presidente Evo Morales dizendo que o atual governo do país está “empenhado em nos dividir”. Para ele, essa atitude remete aos “governos neoliberais com seus inimigos, através de campanhas sujas e de desprestígio”.

As palavras de Morales foram ditas durante seu programa dominical na rádio Kausachun Coca, de Cochabamba. Durante a transmissão, ele também fez críticas diretas ao atual

mandatário boliviano, Luis Arce, a quem acusou de entregar “mordomias para líderes de grupos renovadores”, o que, segundo o ex-presidente, seria uma forma de tentar se aproximar de setores próximos à direita boliviana.

“Vocês sabem quem são os chefes da ala que querem se aproximar daqueles que defendem a ‘renovação da política’: Lucho [Arce] e David [Choquehuanca, vice-presidente], que ora tentam banir o MAS da política, ora aparecem dizendo ‘nós somos do MAS’, querendo que nós acreditemos neles”, recriminou Morales.

O líder indígena também pediu aos seus partidários que “tenham cuidado, pois o governo tentará me atacar, provavelmente com uma falsa acusação e uma operação judicial”.

As afirmações do ex-mandatário são os últimos movimentos da bola de neve na que se transformou a série de acusações cruzadas entre Arce e Morales, que iniciaram a crise política dentro do partido governista boliviano.

No sábado (17/06), o presidente Arce encabeçou uma reunião ministerial, após a ministra porta-voz da Presidência, María Nela Prada, afirmar que governo ratifica o "compromisso com o programa de governo do MAS eleito em 2020", e também fez críticas “a setores que querem a divisão do partido, que nos tratam injustamente como traidores”.

“Lamentamos profundamente essas críticas, pois jamais deixamos de seguir o projeto político que venceu nas urnas, e esperamos que os que nos acusam se lembrem de que nós não somos o verdadeiro inimigo, e sim a direita fascista”, acrescentou Prada.

Dias antes, o vice-presidente do MAS, Gerardo García, havia afirmado, em entrevista para o diário boliviano Página Siete, que o partido estaria "arrependido" do apoio a Arce nas últimas eleições, declarando que será discutido isso na próxima reunião da sigla.

A reunião à qual García se referiu deve acontecer na próxima quinta-feira (22/06) e, segundo a imprensa local, poderia resultar na expulsão de Arce e de Choquehuanca do MAS.

Vale lembrar que Arce e Choquehuanca eram aliados considerados entre os mais leais a Morales durante seu mandato como presidente da Bolívia, entre 2006 e 2019. O primeiro foi o ministro da Economia durante quase todo o seu período no Palácio Quemado. O segundo foi chanceler boliviano, também durante mais de 10 anos.

A atual crise interna do governismo boliviano preocupa uma terceira figura que acompanhou todos os mandatos de Morales: o sociólogo e cientista político Álvaro García Linera, que foi vice-presidente do país durante os governos do líder indígena.

Segundo a imprensa local, Linera considera a atual crise do MAS como “um problema que precisa ser solucionado o quanto antes”, e que seria uma “catástrofe eleitoral” para o partido se eles não forem resolvidos até 2025, ano das próximas eleições presidenciais na Bolívia.

DATA DA NOTÍCIA: 20/06/2023

Título: CPI do 8 de janeiro: ex-diretor da PRF diz que 'nunca usou cargo' para ajudar Bolsonaro eleitoralmente

Fonte pesquisada: <https://oglobo.globo.com/>

Link da notícia:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/06/cpi-do-8-de-janeiro-ouve-ex-chefe-da-prf-investigado-por-bloqueios-em-rodovias.ghtml>

No primeiro depoimento da CPI do 8 Janeiro, Silvinei Vasques, ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF), disse que o cargo não foi usado para beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro. Vasques declarou voto em Bolsonaro na véspera do segundo turno e é suspeito de bloquear estradas para favorecer o ex-presidente.

–As fotos que eu tenho com o presidente Bolsonaro é porque ele me permitiu tirar. Utilizei da minha hora de folga, postei na minha hora de folga. O cargo nunca foi usado em benefício meu e muito menos dele (Bolsonaro). Não seria eu que mudaria o resultado da eleição – disse.

Vasques também afirmou que sua intenção ao comparecer ao colegiado é combater ao que chamou de "maior injustiça da História contra PRF". Ele é suspeito de ter determinados bloqueios em estradas visando prejudicar a locomoção de eleitores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o segundo turno da disputa presidencial.

O ex-chefe da PRF é réu na Justiça do Rio de Janeiro por ação de improbidade administrativa por suspeita de beneficiar o ex-presidente. Ele, contudo, afirmou que está se defendendo no processo.

– O procurador disse que eu usei as minhas redes sociais pessoais, que usei dentro da minha casa, no meu aparelho celular, no meu horário de folga, como qualquer cidadão — justificou.

Vasques afirmou que não tinha relação íntima com Bolsonaro, mas uma ligação profissional. Ele ainda afirmou ter tirado uma foto com o ex-presidente por sentir "orgulho" dele.

– Foi o único que deixou eu bater a foto, nenhum outro presidente autorizou a gente a bater foto. Qual o orgulho para um servidor público, para um policial? Quem é o presidente? É o maior comandante das polícias, qualquer presidente, o atual também é, todos foram. É um orgulho para a gente levar uma foto com o presidente, a gente se emociona – disse.

Além de ouvir o ex-chefe da PRF, a sessão desta terça-feira da CPI aprovou quatro requerimentos de convocações. Durante o depoimento, Silvinei Vasques falou sobre a relação dele com Jair Bolsonaro, os bloqueios nas estradas do Nordeste, processos administrativos abertos contra ele e sobre o fato de ele ter procurado emprego em uma empresa que tinha contratos com a PRF.

A base do governo também aproveitou a sessão para cobrar explicações de Vasques sobre o fato de ele ter pedido emprego na empresa Combat Armor, que venceu uma licitação da PRF quando ele comandava a instituição. A mesma empresa é suspeita de superfaturamento na compra de blindados, como revelou o Jornal Nacional, da TV Globo.

O ex-chefe da PRF admitiu que buscou a empresa, mas citou que se aposentou da PRF e que não haveria conflito de interesses. Governistas apresentaram um cartão em que Vasques é identificado como vice-presidente da empresa. A base lulista sustenta que o ex-chefe da PRF chegou a trabalhar na empresa por cerca de dois meses, o que ele nega.

Perguntado se haveria alguma intervenção feita na PRF pelo então ministro da Justiça, Anderson Torres, ou por qualquer outro superior hierárquico, Vasques negou.

Após o resultado da eleição, o ex-chefe da PRF disse ter falado com Bolsonaro por telefone. De acordo com ele, os dois teriam conversado sobre os bloqueios nas rodovias organizados por apoiadores do ex-presidente em protesto contra a vitória de Lula na disputa eleitoral.

Ao tentar justificar o grande número de operações no Nordeste, o ex-chefe da PRF chegou a dizer que isso aconteceu porque a área já concentra o maior efetivo da PRF. Ele também citou a média de ocorrências por estado para dizer que a região teve menos ocorrência que o Sudeste, ainda que o número absoluto seja maior em operações no Nordeste.

DATA DA NOTÍCIA: 21/06/2023

Título: Comissão do Senado aprova Zanin para vaga no STF; plenário vota ainda nesta quarta

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com/>

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/06/21/comissao-do-senado-aprova-zanin-para-vaga-no-stf-plenario-votara-indicacao.ghtml>

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, por 21 votos a 5, nesta quarta-feira (21) a indicação do advogado Cristiano Zanin para uma vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Com a decisão da CCJ, o nome de Zanin segue para votação no plenário principal do Senado, onde será aprovada se o advogado obtiver o apoio de, no mínimo, 41 senadores (maioria absoluta dos parlamentares).

Nas indicações de ministros ao STF, cabe somente ao Senado analisar a escolha. Não há votação na Câmara dos Deputados.

Zanin foi designado para a vaga pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ele atuou na defesa de Lula durante os processos da Operação Lava Jato e na campanha ao Planalto em 2022.

Aos 47 anos, considerando as atuais regras para aposentadoria no Supremo, se for aprovado pelo plenário, ele poderá atuar por 28 anos no STF — até atingir 75 anos.

DATA DA NOTÍCIA: 21/06/2023

Título: Quaest: 56% aprovam o trabalho do governo Lula

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/21/quaest-56-aprovam-o-trabalho-do-governo-lula>

O trabalho do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é aprovado por 56% dos entrevistados pela pesquisa Genial/Quaest, divulgada nesta quarta-feira (21), enquanto 40% demonstraram desaprovação. A parcela de indivíduos que não souberam ou não responderam foi de 4%. No levantamento realizado em abril, 51% demonstraram aprovação, 42% manifestaram desaprovação e 6% não souberam ou não responderam. Já em fevereiro, 56% dos participantes aprovavam, 28% desaprovavam e 16% não souberam ou não responderam.

A mudança de 51% para 56% entre abril e junho, em relação à aprovação do trabalho realizado pelo governo Lula, se dá pela melhora na percepção positiva sobre a economia, segundo Felipe Nunes, diretor da Quaest e professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

“Embora essa melhora tenha acontecido em todos os estratos sociais, chama atenção a melhora entre eleitores de Bolsonaro. Nesse segmento, a aprovação passou de 14% para 22%. O indicador de avaliação ajuda a entender a dinâmica desse aumento de aprovação. Embora a avaliação positiva tenha se mantido estável, a avaliação regular cresceu, passou de 29% para 32%. Ou seja, a melhora na aprovação veio de um público que considera o governo como regular”, publicou Nunes em seu perfil no Twitter.

A aprovação do presidente Lula varia de acordo com as regiões do país. No Nordeste, ele desfruta de um alto índice de aprovação, com 71% dos entrevistados manifestando apoio. Na região Sudeste, a taxa de aprovação é de 51%, enquanto no Sul é ligeiramente menor, com 48%. No Centro-Oeste e Norte do país, a aprovação se situa em 56%.

Na mesma linha, a desaprovação também mostra variações regionais. No Nordeste, 28% dos entrevistados expressaram desaprovação em relação ao presidente. No Sudeste, esse número sobe para 42%, enquanto no Sul é de 49%. No Centro-Oeste e Norte, o índice de desaprovação é de 42%.

Quanto à parcela de indivíduos que não souberam ou não responderam, são observados percentuais mais baixos. No Nordeste, apenas 2% dos entrevistados se enquadram nessa categoria. No Sudeste, o número é de 7%, enquanto no Sul e no Centro-Oeste e Norte, esse índice é de 3% para ambas as regiões.

No total, foram entrevistadas presencialmente 2.029 pessoas maiores de 16 anos, entre 15 e 18 de abril, em 120 municípios. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos. O nível de confiança é de 95%.

DATA DA NOTÍCIA: 22/06/2023

Título: O que a PF encontrou no celular de Mauro Cid sobre o plano golpista?

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/06/22/o-que-a-pf-encontrou-no-celular-de-mauro-cid-sobre-plano-golpista>

No início de maio, a Polícia Federal (PF) apreendeu o celular do ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL), o coronel Mauro Cid. Além de mensagens trocadas entre oficiais do Exército e reservistas sobre o papel das Forças Armadas contra o resultado das eleições presidenciais do ano passado, foi encontrada a minuta de um decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) que poderia embasar um golpe de Estado.

O celular foi apreendido durante a Operação Venire, que investiga grupo suspeito de fraudar carteiras de vacinação contra a covid-19 nos sistemas do Ministério da Saúde, incluindo dados de imunização de Bolsonaro e familiares. Mauro Cid está preso por supostamente articular o esquema.

De acordo com a PF, foram inseridos dois registros de vacinação contra a covid-19 na carteira de Bolsonaro, o primeiro em 13 de agosto e o segundo em 14 de outubro de 2022. Os registros foram feitos retroativamente, ou seja, inseridos em 21 de dezembro do ano passado, poucos dias antes de Bolsonaro viajar aos Estados Unidos.

As investigações, no entanto, levaram a PF a encontrar as mensagens e os documentos de cunho golpista.

Além dessas duas investigações, Mauro Cid também é alvo de um inquérito que apura o caso das jóias da Arábia Saudita, presentes à presidência da República, mas que foram trazidas ilegalmente ao Brasil e incorporadas ao acervo pessoal de Bolsonaro durante o seu mandato. Segundo a PF, Cid tentou reaver as joias que foram apreendidas pela Receita Federal, no Aeroporto Internacional de Brasília.

Nas mensagens encontradas, um dos interlocutores de Mauro Cid foi o coronel do Exército Jean Lawand Junior. "Cidão, pelo amor de Deus, cara. Ele [Bolsonaro] dê a ordem que o povo tá com ele, cara. Se os caras não cumprir, o problema é deles. Acaba o Exército Brasileiro se esses cara não cumprir a ordem do, do Comandante Supremo. Como é que eu vou aceitar uma ordem de um General, que não recebeu, que não aceitou a ordem do Comandante. Pelo amor de Deus, Cidão. Pelo amor de Deus, faz alguma coisa, cara. Convence ele a fazer", disse Lawand em um dos áudios enviados a Mauro Cid, em 30 de novembro de 2022, segundo transcrição da PF.

Algumas semanas antes, em 13 de novembro de 2022, o sargento do Exército Luis Marcos Dos Reis, que esteve nos atos golpistas em 8 de janeiro, afirmou que "é mais fácil" ele ajudar as manifestações de bolsonaristas que estavam ocorrendo em frente ao quartel-general do Exército de Goiânia "do que tirar [os caras] de lá".

A Polícia Federal (PF) também encontrou a minuta de um decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) que poderia embasar um golpe de Estado. A GLO é um instrumento jurídico que permite ao presidente da República convocar as Forças Armadas em momentos de perturbação da ordem pública.

No despacho que autorizou o depoimento de Cid à PF em relação a este caso, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes declara que o material aborda "a possibilidade de empregar as Forças Armadas excepcionalmente, com o objetivo de assegurar o funcionamento autônomo e harmônico dos poderes da União".

DATA DA NOTÍCIA: 22/06/2023

Título: CPMI do 8/1: bolsonaristas tentam desvincular bomba em aeroporto de atos golpistas

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/06/22/cpmi-do-8-1-bolsonaristas-tentam-desvincular-bomba-em-aeroporto-de-atos-golpistas>

A participação de George Washington de Oliveira Sousa - um dos acusados de planejar atentado a bomba no aeroporto de Brasília - na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPMI) do 8 de Janeiro nesta quinta (22) foi marcada por dois fatores: silêncio em relação à maioria das perguntas e a tentativa de parlamentares da oposição bolsonarista em desvincular o acontecido com os eventos de 8 de janeiro.

Durante a sessão, um dos argumentos da oposição foi novamente acusar o atual governo de omissão no dia 8 de janeiro. Esse argumento foi rebatido pelo deputado Pastor Henrique Vieira (Psol-RJ) como "bizarro".

"Reconhece um contexto evolutivo de golpe, mas coloca maior ênfase em uma suposta omissão. É a tentativa do absurdo se passar por normal", diz Vieira.

A oposição defendeu a tese de que não há relação entre a tentativa de explodir o aeroporto com o acampamento onde se reuniram os bolsonaristas responsáveis pelos atos golpistas de 8 de janeiro.

Parlamentares opositores tentaram desvincular todos os eventos, apesar do contexto de extremismo, argumentando que não há ligações diretas com Jair Bolsonaro. "Não existe cronologia ou tentativa de golpe, houve essa coincidência maldita", disse o deputado Marcos Feliciano (PL- SP).

Sousa se encontra preso, tendo sido condenado em primeira instância. Por conta disso, participou da CPMI como investigado, e não como testemunha. Uma das poucas respostas fornecidas foi relacionada à depredação ocorrida em novembro de 2022 em Brasília. Segundo ele, no momento dos fatos, estava em uma churrascaria.

"O silêncio do investigado gera decepção generalizada. Ele não tentou algo contra o agente político que ele combate. Ele tentou covardemente ceifar a vida de dezenas ou centenas de brasileiros", lamentou Arthur Maia (União Brasil-BA). O presidente da CPMI ainda comparou o depoente com "vermes que se escondem no esgoto": "O senhor é um criminoso. Sinceramente, o senhor envergonha esse país, a sociedade brasileira, sua família", complementou.

Após questionamentos de diversos parlamentares, Sousa finalmente reagiu a uma pergunta da senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) a respeito de sua família. Neste momento, passou a dar respostas ambíguas sobre seu envolvimento com o caso - não negando diretamente sua participação no caso e reconhecendo que frequentava o acampamento em frente ao Quartel Geral do Exército.

"Sou casado há 33 anos. Tenho dois filhos. Um deles exige cuidados especiais. Eu não seria louco de colocar um artefato explosivo em cima de um caminhão. Esse artefato não tinha poder de explosão", disse. Depois de mais uma sequência de silêncios, reagiu mais uma vez a um questionamento de Jandira Feghali (PC do B-RJ): "Não, não me considero um terrorista".

Antes da participação de Sousa, policiais - um delegado e dois peritos - que participaram da investigação referente à sua prisão na véspera de Natal participaram da CPMI como testemunhas. Os integrantes da Polícia Civil do Distrito Federal afirmaram que o escopo da investigação era determinar os autores da tentativa de atentado e as circunstâncias do crime. Diversos pontos questionados pelos parlamentares, segundo eles, ainda são investigados em outros inquéritos abertos e atualmente em sigilo.

O delegado Leonardo de Castro reiterou os termos do depoimento de Sousa, que alegou ter tentado realizar a explosão para impedir o comunismo do Brasil, de acordo com o que entendia ser a vontade de Jair Bolsonaro (PL).

De outro lado, foi objetivo ao afirmar que, no inquérito específico, não foi detectado nenhum contato direto com autoridades bolsonaristas.

Um elemento em comum, entretanto, foi verificado: o acampamento em frente ao Quartel-General do Exército. Sousa frequentou o local, assim como manifestantes do dia 8 de Janeiro. Ele inclusive transportou armas que pretendia distribuir a presentes no acampamento.

DATA DA NOTÍCIA: 25/06/2023

Título: Argentina define candidatos que vão disputar eleições primárias em 13 de agosto

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/06/25/argentina-define-candidatos-que-vaio-disputar-eleicoes-primarias-em-13-de-agosto>

O prazo para apresentação da lista de pré-candidaturas à Presidência da Argentina terminou às 23h59 deste sábado (24) com a confirmação dos nomes que pretendem disputar as eleições gerais deste ano. A população argentina vai às urnas em 22 de outubro para a votação em primeiro turno.

Antes, no entanto, o eleitorado deve participar das Prévias Abertas Simultâneas e Obrigatórias (Paso), nas quais todas as coalizões terão que definir os seus candidatos presidenciais. As eleições primárias estão marcadas para o dia 13 de agosto.

No total, dez frentes políticas vão disputar as primárias, sendo que os principais opositores representam as coalizões União pela Pátria e Juntos por Mudança.

Na noite de sexta-feira (23), a Frente União pela Pátria havia oficializado o nome do atual ministro da Economia, Sergio Massa, como candidatura única. Horas antes do fechamento da lista, no entanto, o advogado e militante popular Juan Grabois anunciou que também será candidato. Segundo a imprensa local, Grabois não tem possibilidades de incomodar Massa.

A indefinição quanto ao nome governista perdurou até a véspera do fechamento das listas. Na quinta-feira (22), o ministro do Interior, Eduardo "Wado" de Pedro, e o embaixador argentino no Brasil, Daniel Scioli, haviam anunciado suas pré-candidaturas pela coalizão União pela Pátria, mas abriram mão da disputa interna após intensa negociação. Massa terá como candidato a vice o chefe de gabinete do presidente Alberto Fernández, Augustín Rossi.

No campo da oposição, a coalizão Juntos pela Mudança terá uma disputa interna entre o prefeito de Buenos Aires, Horacio Larreta, e a ex-ministra de Segurança do ex-presidente Mauricio Macri, Patricia Bullrich.

Larreta terá como vice o governador de Jujuy, Gerardo Morales. A província no norte do país vive uma onda de protestos desencadeados pela reforma da Constituição. A repressão às manifestações já deixou um saldo de mais de uma centena de feridos.

O deputado federal Javier Milei será o candidato pela coalizão A Liberdade Avança. O parlamentar de extrema-direita é defensor de uma agenda ultraliberal e tem se colocado no cenário político como uma terceira via.

DATA DA NOTÍCIA: 25/06/2023

Título: Veja quais são os próximos passos para a aprovação do novo arcabouço fiscal

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/06/25/veja-quais-sao-os-proximos-passos-para-a-aprovacao-do-novo-arcabouco-fiscal>

Com a aprovação no Senado, o projeto do novo arcabouço fiscal deve voltar à Câmara dos Deputados por causa das mudanças promovidas na outra casa do Congresso.

Senadores e senadoras modificaram pontos que exigem formalmente uma nova avaliação dos deputados. Caso o texto vindo do Senado seja aprovado na Câmara, o projeto vai à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Se as mudanças caírem, ou novas forem introduzidas, o texto volta ao Senado.

Foram excluídas das regras do novo arcabouço as contribuições federais ao Fundeb, ao Fundo Constitucional do Distrito Federal e gastos com ciência e tecnologia. Em contrapartida, foi alterada a fórmula de concessão de crédito adicional em relação à estimativa de inflação, o que garantirá que entre R\$ 30 bi e R\$ 40 bi estejam disponíveis para o orçamento de 2024. Sem esta última alteração, o Planalto seria levado a indicar cortes em gastos para liberar esses valores.

A equipe econômica do governo desejava que o projeto fosse aprovado no Senado na forma em que havia sido enviada pelos deputados — justamente para evitar demora na entrada em vigor das novas regras. O esforço, agora, será para que a Câmara preserve o texto vindo do Senado.

Nos primeiros seis meses de governo, as relações entre Planalto e Câmara passaram por diversos momentos de tensão. O principal fator para a relação instável foi a atuação de Arthur Lira (PP-AL), presidente da Casa, para que o Executivo liberasse cargos e emendas ao chamado centrão. No último período, o deputado chegou a sugerir em público a troca de ministros e disparou contra aqueles responsáveis pela condução da articulação política na Esplanada.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), anunciou que a expectativa é de que a questão se resolva ainda antes do recesso parlamentar, especificamente entre os dias 4 e 6 de julho.

DATA DA NOTÍCIA: 26/06/2023

Título: Ex-comandante da PMDF diz que desconhecia planejamento das forças de segurança sobre o 8/1

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/06/26/ex-comandante-da-pmdf-diz-que-desconhecia-planejamento-das-forcas-de-seguranca-sobre-o-8-1>

O coronel Jorge Eduardo Naime Barreto, ex-chefe do Departamento Operacional da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) afirmou à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI)

do 8 de janeiro que não estava trabalhando no dia dos atos golpistas, nem participou dos planejamentos das autoridades para a data.

"Fiquei sabendo dos planejamentos quando já estava preso", afirmou Naime. "Estava de licença, porque estava doente. Tirei licença para fazer exames, estava pré-diabético." Ele foi preso em 7 de fevereiro deste ano suspeito de se omitir no enfrentamento e colaborar com os atos golpistas. O mandado expedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) fez parte da quinta fase da operação Lesa Pátria.

Segundo o então interventor nomeado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na Segurança Pública do DF, Ricardo Capelli, o coronel teria retardado propositalmente a linha de contenção da PM. Capelli afirmou que viu com os "próprios olhos" os comandados por Naime Barreto avançando "lentamente" diante dos bolsonaristas.

Responsável pela segurança da Esplanada dos Ministérios no dia dos atos golpistas, Naime Barreto pediu folga do trabalho às vésperas dos ataques realizados por terroristas bolsonaristas, de 3 até 8 de janeiro. A aprovação do pedido foi assinada no dia 5 pelo gabinete do então comandante-geral da PMDF, Fábio Augusto Vieira. Ambos foram exonerados do cargo.

Naime vem alegando que estava de folga no dia dos atos golpistas e que, por isso, não pode ser responsabilizado pelo caso. É da Polícia Militar do DF a responsabilidade pela segurança na Praça dos Três Poderes.

A relatora Eliziane Gama (PSD-MA), autora do requerimento de solicitou a convocação de Naime Barreto, focou as perguntas nos eventos do 12 de dezembro do ano passado, quando bolsonaristas atacaram a sede da Polícia Federal em Brasília em protesto contra a prisão do cacique Serere Xavante, um dos líderes dos protestos golpistas no DF. Segundo a Polícia Federal (PF), Serere Xavante teria organizado atos antidemocráticos contra a diplomação do presidente Lula, agendada para aquele mesmo dia.

A cidade de Brasília ficou tomada pelos golpistas, com diversos pontos de incêndio e ataques. Na condição de testemunha, Naime Barreto afirmou que o efetivo militar na rua naquele dia não foi suficiente para conter os manifestantes. O convocado afirmou que "a polícia foi pega de surpresa", porque "o ato em si não foi normal".

Pouco antes do início da sessão, a defesa do coronel apresentou um atestado médico à CPMI solicitando a dispensa do depoimento. O documento foi enviado ao Serviço de Junta Médica do Senado Federal para análise. Quando a comissão solicitou um novo laudo, entretanto, Naime Barreto recuou e se apresentou para o colegiado.

Antes, a defesa de Naime Barreto havia acionado o Supremo Tribunal Federal (STF) para não ser obrigado a comparecer à CPMI, alegando problemas de ordem de saúde mental. Os advogados pediram também que fosse permitido não responder a perguntas que causassem constrangimentos e consultar os advogados em qualquer momento, caso a ida à CPMI fosse inevitável.

O ministro Alexandre de Moraes, no entanto, deferiu apenas parcialmente o pedido. O magistrado autorizou o coronel a ficar em silêncio durante a sessão, além de garantir o direito à consulta aos advogados.

DATA DA NOTÍCIA: 26/06/2023

Título: Esquerda surpreende e leva duas candidaturas ao segundo turno na Guatemala

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/81396/esquerda-surpreende-e-leva-duas-candidaturas-ao-segundo-turno-na-guatemala>

Em uma jornada cheia de surpresas neste domingo (25/06), a esquerda conseguiu levar duas candidaturas ao segundo turno das eleições presidenciais da Guatemala.

O primeiro turno da disputa presidencial terminou com um resultado bastante inesperado, apesar de a primeira colocação ter ficado com a mesma vencedora dessa instância na eleição passada, em 2019.

Segundo informações do Tribunal Supremo Eleitoral da Guatemala (TSE), após mais de 95% das urnas apuradas, a empresária Sandra Torres, do partido de centro-esquerda União Pela Esperança (UNE), obteve 15,3% dos votos, com os quais ela chega novamente ao segundo turno.

Esta é a terceira vez que Torres concorre à Presidência da Guatemala, e nas outras duas vezes ela também chegou ao turno decisivo, perdendo em 2015 contra o ex-presidente liberal Jimmy Morales (2016-2020) e em 2019 para o atual mandatário, o conservador Alejandro Giammattei.

Porém, esta é a primeira vez que ela enfrentará outro candidato progressista no segundo turno, marcado para próximo dia 20 de agosto.

O segundo mais votado neste domingo foi a grande surpresa do dia: Bernardo Arévalo, do Movimento Semente, reuniu 12,1%, superando todas as candidaturas de direita.

O desempenho de Arévalo foi bastante inesperado, já que seus percentuais em todas as pesquisas publicadas durante a campanha variaram entre 4% e 6% das intenções de voto.

Ademais, Arévalo não foi a única surpresa da jornada. O terceiro colocado foi o candidato governista Manuel Conde, do partido Vamos, com 7,8%.

Também foi surpreendente a quarta colocação do nacionalista Armando Castillo, do partido Viva, que ficou com 7,4% dos votos.

Dois dos candidatos melhor posicionados nas pesquisas foram as grandes decepções. O ex-funcionário da Organização das Nações Unidas (ONU) Edmond Mulet, do partido de centro-direita Cabal, ficou em quinto lugar, com apenas 6,9%.

Porém, a maior frustração foi a candidatura da extrema direita, liderada por Zury Ríos Sosa, filha do ex-ditador Efraín Ríos Montt (1981-1983). Todas as pesquisas a colocavam entre os três primeiros lugares, e em muitas delas ela aparecia liderando, sempre com percentuais acima dos 15%, às vezes até acima dos 20% das intenções. Neste domingo, porém, ela conquistou apenas 6,7% dos votos.

DATA DA NOTÍCIA: 27/06/2023

Título: Escolha de Massa como candidato governista é derrota de Cristina Kirchner, diz pesquisador

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/06/27/escolha-de-massa-como-candidato-governista-e-derrota-de-cristina-kirchner-diz-pesquisador>

A vice-presidenta da Argentina, Cristina Kirchner, participou nessa segunda-feira (26) de seu primeiro ato público após a definição do atual ministro da Economia, Sergio Massa, como pré-candidato do oficialismo (coalizão governista) para a disputa das eleições presidenciais, em outubro. Na ocasião, ela explicou o motivo de ter havido uma escolha de consenso, sem a necessidade de submeter nomes às prévias, e rasgou elogios a Eduardo “Wado” de Pedro, que não poderá disputar a presidência.

O evento em questão foi convocado para celebrar a repatriação de um avião utilizado para os chamados voos da morte durante a última ditadura civil-militar argentina (1976-1983) — a aeronave, que estava nos Estados Unidos, foi utilizada em dezembro de 1977 para atirar ao mar mulheres vítimas da ditadura, entre as quais havia integrantes da associação Mães da Praça de Maio e monjas francesas. Tais voos serviam para se livrar de cadáveres e para atirar pessoas sequestradas que a ditadura havia sequestrado, com o objetivo era se livrar dos vestígios dos assassinatos cometidos. Mas corpos apareceram no litoral, frustrando os planos dos criminosos.

Cristina, principal liderança da corrente kirchnerista dentro do oficialismo, aproveitou a ocasião para marcar posição em relação ao processo eleitoral. Ela até fez breves comentários positivos sobre Sergio Massa, que participou do processo de repatriação do avião. Mas investiu muito mais tempo e retórica em Wado.

“Eu disse ao Massa que se houvesse as Paso (prévias), nossa força política apoiaria o Wado”, afirmou Kirchner, ao lado de Sergio Massa. Ela mencionou o fato de Wado ter sofrido com a “tragédia da Argentina” — a ditadura —, ter tido que sair às ruas para saber onde estavam seus pais. Elogiou seu valor, sua convicção, seu “pertencimento a um projeto coletivo, que é coisa para poucos, para pouquíssimos”.

E por que exaltar o candidato que foi preterido mais do que aquele que foi escolhido para tentar manter a centro-esquerda no poder? Wado também estava no evento, porém na plateia. E sorriu bastante quando elogiado, aparentando um sentimento de orgulho.

Segundo artigo de Sebastián Lacunza no site elDiario.es, a escolha de Massa, junto com um pré-candidato a vice designado por Alberto Fernández, evidencia o “declínio da influência de Cristina Kirchner, figura central da política argentina e do peronismo desde 2003”. 2003 é o ano em que ela se tornou primeira-dama, quando seu ex-marido, o finado Néstor Kirchner, chegou ao cargo de presidente — Cristina o sucedeu e governou o país de 2007 a 2015.

“Acho que ela estava falando para as bases”, explica Carlos Vidigal, professor de História da UnB, doutor em Relações Internacionais e autor de Relações Brasil-Argentina: a construção do entendimento, livro publicado em 2009. “Talvez a Cristina não esteja muito otimista com a eleição e esteja tentando preservar seu capital político”. O raciocínio seria o seguinte: se o Massa perder, a culpa não recai com força sobre ela, uma vez que não era seu candidato favorito. E a derrota não pode ser descartada, porque a grave crise econômica tende a desgastar o atual governo e sua candidatura.

A escolha por Sergio Massa veio após uma disputa forte entre Cristina Kirchner e o presidente Alberto Fernández, lembra o professor. Uma disputa que tem a ver com divergência de visões políticas e passou por muitas críticas por meio da imprensa no passado recente. Fernández é crítico de uma vertente conhecida na Argentina por “cristinismo”, que enfatiza a dimensão ideológica, o “aspecto setentista do kirchnerismo”, aquele que reverencia a luta armada contra

a ditadura. “Ela sempre esteve mais ligada a esse espírito, que causa incômodo tanto em setores conservadores do peronismo quanto entre muitos governadores de províncias”.

Vidigal conta que, nas últimas semanas, chegou a 14 o número de governadores provinciais (de um total de 24) que se aproximaram da candidatura de Massa e também do candidato que era o favorito do presidente Fernández: Daniel Scioli, embaixador no Brasil. “A candidatura Scioli é colocada na mesa quando a Cristina escolhe o Wado. Então, havia três candidatos: Wado (mais à esquerda), Scioli (mais à direita) e o Massa, que conseguiu se colocar entre os dois”.

Sergio Massa dialogou durante todo o processo decisório com os dois expoentes da disputa (Kirchner e Fernández), segundo o professor. “Nessas últimas semanas, governadores não kirchneristas bloquearam o nome do Wado e a Cristina trabalhou pra bloquear o do Scioli. E aí sobra, entre aspas, para o Massa”.

Embora, falando assim, parece uma decisão consensual de um meio termo, Vidigal acredita que a escolha por Massa seja “uma derrota da Cristina”. Não só pelo fato de Wado ter sido preterido, mas também pela escolha de Agustín Rossi como candidato a vice. Rossi foi ministro da Defesa do governo Fernández e é muito ligado ao presidente. Vale lembrar que, na Argentina, o vice-presidente é quem comanda o Senado.

Embora Cristina Kirchner tenha ironizado a insistência de Alberto Fernández pela realização de prévias e destacado o fato de ter sido escolhido um pré-candidato de consenso, haverá prévias no oficialismo, porque além da chapa Massa-Rossi, também estão inscritos para as prévias, pela coligação oficialista União pela Pátria, Juan Grabois (presidente) e Paula Abal Medina (vice). Mas essa disputa deve ser mera formalidade, uma vez que a chapa com apoio do atual governo terá mais força.

Pela coalizão opositora (Juntos pela Mudança), haverá disputa nas prévias entre Patricia Bullrich, apoiada pelo ex-presidente Mauricio Macri, e Horacio Larreta. “Ela representa, dentro desse campo liberal, um posicionamento muito à direita. Tem uma visão muito dura do processo político. O Larreta aceita o diálogo com os peronistas. Mas, nos dois casos, a saída do Wado é ruim para a oposição, porque o Massa está mais ao centro e dialoga com uma porção maior da população”, analisa Vidigal, que destaca também o candidato de ultradireita Javier Milei, que está “correndo por fora porque ninguém sabe qual o potencial dele”.

Durante o evento com Cristina Kirchner, Sergio Massa pouco falou. Fez uma breve declaração sobre a importância de repatriação do avião e não mencionou as eleições. “O Massa parecia desconfortável”, reparou Carlos Vidigal. “O ambiente não era dele. Nem os políticos presentes nem o discurso. Esse discurso (dos direitos humanos, de resgate da memória dos crimes da ditadura) é do kirchnerismo duro”.

Porque então ele se envolveu no processo de recuperar o avião? “Porque ele também precisa desses votos”, explica o professor. “O que a gente viu ali (no ato) é o candidato acenando para os kirchneristas à esquerda saberem que terão lugar no projeto dele”.

DATA DA NOTÍCIA: 28/06/2023

Título: Acordo ou tática política: o que está acontecendo no Conselho Eleitoral da Venezuela?

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/06/28/acordo-ou-tatica-politica-o-que-esta-acontecendo-no-conselho-eleitoral-da-venezuela>

Além da ausência de um calendário e da indefinição de candidaturas por parte da oposição, um fato promete trazer ainda mais surpresas às eleições presidenciais que devem ocorrer no próximo ano na Venezuela: a renovação do Conselho Nacional Eleitoral (CNE).

A instituição, responsável por organizar todos os pleitos do país, deve ter uma nova direção nomeada nos próximos meses. O processo foi iniciado na última semana após os atuais diretores, incluindo o presidente do órgão, Pedro Calzadilla, renunciarem aos cargos.

As mudanças causaram furor no mundo político venezuelano. Isso porque a direção não apresentou motivos claros para as renúncias, o que fez com que diferentes setores políticos do país levantassem hipóteses sobre o que pode estar por trás das trocas. Fontes ligadas à coalizão opositora chamada Aliança Democrática, rival do setor que era liderado pelo ex-deputado Juan Guaidó, afirmaram ao Brasil de Fato que as mudanças no CNE podem configurar uma tática do governo venezuelano para enfraquecer o processo de eleições primárias convocado pela chamada Plataforma Unitária (PU).

A justificativa apresentada pelas fontes foi a de que os primeiros diretores que renunciaram aos cargos eram ligados ao governo, incluindo o presidente Calzadilla, e formavam maioria no órgão. A saída deles, portanto, impossibilitaria o pleno funcionamento da instituição, o que motivou também a saída dos membros da direção que haviam sido indicados pelos opositores: Roberto Picón e Enrique Márquez.

Nomeada em 2021, a atual direção do CNE havia sido resultado de um acordo político entre governo e oposição que previa maior equilíbrio entre os diretores nomeados. Desde o início do processo de diálogos no México, trocas no CNE eram uma das principais demandas do setor opositor radical. No entanto, segundo fontes ouvidas pela reportagem, o momento das trocas era inoportuno, já que as primárias acontecerão em apenas quatro meses.

A Plataforma Unitária, também conhecida como G4 por contar com a participação dos quatro maiores partidos de direita da Venezuela, planeja consultar a população na tentativa de definir uma candidatura presidencial unificada em 2024 para enfrentar o candidato governista, que também ainda não foi anunciado oficialmente. A coalizão já havia decidido pedir apoio técnico do CNE quando os diretores do órgão anunciaram as renúncias.

O processo fez com que a PU voltasse atrás e anunciasse uma votação independente, que será realizada no dia 22 de outubro. Analistas argumentam que primárias autônomas enfraqueceriam o processo, já que a votação seria totalmente manual e a apuração deve ser realizada pela própria comissão de primárias, o que traria pouca transparência e credibilidade ao processo.

Apesar dos 14 pré-candidatos que participarão da votação interna apoiarem a decisão de dispensar o apoio do CNE, as posições divergem. A ex-deputada Maria Corina Machado, ultraliberal do partido Vente Venezuela, é uma das principais entusiastas do processo independente, mas encontra resistência do ex-governador e ex-candidato presidencial Henrique Capriles, que classificou o processo como "eleições primárias VIP" porque a oposição não teria estrutura suficiente para chegar às regiões mais afastadas do país.

DATA DA NOTÍCIA: 28/06/2023

Título: Corte Internacional reabre investigação contra Venezuela; 'perseguição política', diz Caracas

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/06/28/corte-internacional-reabre-investigacao-contravenezuela-perseguiacao-politica-diz-caracas>

A Corte Penal Internacional (CPI), localizada em Haia, na Holanda, decidiu retomar as investigações contra a Venezuela por supostos crimes de lesa-humanidade.

A decisão foi divulgada nesta segunda-feira (27) em comunicado publicado pelo tribunal e remonta a um processo que teve início em 2018 para investigar supostas violações de direitos humanos cometidas pelo Estado durante os protestos opositores de 2014 e 2017.

"A Corte concluiu que, apesar de a Venezuela estar dando alguns passos na investigação, seus procedimentos criminais domésticos não refletem de maneira suficiente as investigações do procurador [Karim Khan]", diz o documento.

Ainda na segunda-feira, o governo venezuelano manifestou desacordo com a decisão e disse que a investigação faz parte de uma estratégia dos EUA para "instrumentalizar os mecanismos da justiça penal internacional com fins políticos, vinculados com a estratégia de mudança de regime".

Caracas ainda reconheceu delitos cometidos por agentes de segurança, mas disse que eles não configuram crimes de lesa-humanidade e já estão sendo investigados e punidos pelo Judiciário venezuelano.

"Atores políticos nacionais e internacionais quiseram sustentar uma acusação de supostos crimes de lesa-humanidade que nunca ocorreram, a partir da manipulação deliberada de um conjunto reduzido de delitos contra os direitos humanos que foram ou estão sendo investigados e punidos pelas autoridades do Sistema de Justiça da Venezuela", disse.

O governo venezuelano ainda prometeu recorrer da decisão para "defender a verdade e assegurar seus direitos como nação contra essa ofensiva que abertamente utiliza a institucionalidade da CPI com fins contrários a sua natureza".

DATA DA NOTÍCIA: 29/06/2023

Título: Com 3 votos a favor de Bolsonaro inelegível, Moraes adia julgamento para a sexta

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/06/29/com-3-votos-a-favor-de-bolsonaro-inelegivel-moraes-adia-julgamento-para-a-sexta>

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Alexandre de Moraes, suspendeu o julgamento da inelegibilidade de Jair Bolsonaro (PL), nesta quinta-feira (29). O julgamento será retomado na sexta (30) ao meio-dia.

A sessão foi suspensa depois que votaram a favor da inelegibilidade de Bolsonaro os ministros Benedito Gonçalves, Floriano de Azevedo Marques e André Ramos Tavares. O

magistrado Raul Araújo votou pela absolvição do ex-presidente. A maioria já votou pela absolvição do general Braga Netto, candidato a vice de Bolsonaro nas eleições do ano passado.

Bolsonaro foi acusado pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) de utilizar o aparato público para favorecer a si mesmo no processo eleitoral do ano passado. O que motivou a ação foi a realização de reunião de Bolsonaro com embaixadores de países estrangeiros no Palácio da Alvorada, no dia 18 de julho do ano passado, bem como sua ampla divulgação, pela TV Brasil e pelas redes sociais do primeiro representado.

O julgamento começou na quinta-feira passada (22), quando o ministro Benedito Gonçalves, corregedor-geral do TSE, leu seu relatório sobre os autos do processo. A sessão, no entanto, foi suspensa após a arguição dos advogados de acusação e defesa, Walber de Moura Agra e Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, respectivamente. Na última terça-feira (27), o julgamento foi retomado, mas somente Gonçalves apresentou o seu voto a favor da condenação.

Para Araújo, trata-se de "documento apócrifo que não pode ser juridicamente considerado como documento". O magistrado classificou a minuta como um "estranho achado" e disse que "inexiste qualquer elemento informativo capaz de sustentar para além de ilações a existência de relações entre a reunião e a minuta de decreto".

Na sequência, Floriano de Azevedo Marques votou com o relator pela inelegibilidade de Bolsonaro. Logo no início, Azevedo afirmou que minuta golpista, as lives, os depoimentos sobre o contexto das transmissões e as entrevistas à imprensa são "marginais para a análise dos fatos". O ministro afirmou que "os graves desafios" ao processo eleitoral que tiveram lugar antes e depois do pleito, "embora execráveis", não são necessários para configurar abuso de poder e desvio de finalidade na reunião com os embaixadores.

Azevedo destacou que as falas de Bolsonaro sobre o processo eleitoral durante a reunião, a sua apresentação como candidato à reeleição e de suas expectativas em relação ao resultado eleitoral, com mobilização de recursos públicos, já são suficientes para caracterizar abuso de poder. O ministro declarou que Bolsonaro teve claro objetivo de "angariar proveito eleitoral em desfavor de seus concorrentes".

O ministro ainda defendeu que o uso de um prédio público para uma finalidade diferente para o qual foi destinado – no caso, o Palácio do Alvorada – já seria suficiente para caracterizar improbidade administrativa, uma das previsões para inelegibilidade.

Após Azevedo, André Ramos Tavares foi o terceiro ministro a favor da inelegibilidade. O magistrado defendeu que o direito à liberdade de expressão não permite a propagação de mentiras. Disse ainda que houve "inequívoca inveracidade" com "efeitos nefastos, na democracia e no processo eleitoral". "O referido conteúdo é permeado por afirmações falsas e inequívocos ataques a partidos adversários e a ministros do STF e do TSE."

Tavares defendeu também que é "inviável" ao TSE ignorar os fatos notórios circunscritos à reunião com os embaixadores, que teve por objetivo causar "perturbações severas" contra a democracia e o processo eleitoral. "A candidatura foi beneficiada por uma tática que perpassou todo o conteúdo do discurso proferido no âmbito da cerimônia aqui analisada de maneira a agitar as bases eleitorais, no sentido canalizar votos para impedir que qualquer outro candidato, mais especialmente um deles, obtivesse vitória nas eleições de 2022, manipulando-se a polarização da sociedade em benefício eleitoral do investigado", afirmou Tavares.

"A respeito do caráter eleitoral, é importante notar que a classificação de determinado ato com o típico da campanha não demanda necessariamente pedido de voto ou exposição de

projetos. O cunho eleitoral do evento é verificado a partir da veiculação de táticas típicas de campanha, mais do que isso, uma tática muito própria do investigado."

DATA DA NOTÍCIA: 29/06/2023

Título: Governo anuncia retomada de estoques públicos de alimentos pela Conab

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/06/29/governo-anuncia-retomada-de-estoques-publicos-de-alimentos-pela-conab>

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e os ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário anunciaram nesta quinta-feira (29) a retomada da política de formação de estoques públicos de grãos.

O anúncio se deu em uma semana em que o governo federal já havia divulgado, em patamares inéditos de investimentos, os planos safra para a agricultura comercial e para a agricultura familiar.

"Nossa previsão é de uma safra recorde. A Conab, a maior empresa [do tipo] da América Latina, vinha de uma conjuntura que apontava para a desmobilização das políticas públicas. Nós estávamos com a capacidade de armazenamento defasada", disse o diretor-presidente da Conab, Edegar Pretto. "A Conab deixou de fazer estoques públicos, e não por acaso a inflação dos alimentos é o dobro da inflação geral. Queremos comprar milho para dar segurança e estabilidade ao produtor", complementou.

Para demonstrar como a política de estoques públicos vinha sendo abandonada, Pretto afirmou que em 2012 a Conab tinha um milhão de toneladas de arroz, ao passo que atualmente há apenas mil toneladas.

Inicialmente, devem ser adquiridas 500 mil toneladas de milho, com investimento previsto de R\$ 400 milhões. Pretto afirmou que ainda há previsão de que uma outra compra pode ocorrer até o final do ano, não necessariamente do mesmo grão. As aquisições dependem também, da expansão da infraestrutura da Conab: "Temos que comprar na medida em que pudermos guardar".

A política de estoques funciona de forma simples: a Conab adquire grãos quando estes estão baratos e os vende quando seu preço está aumentando. Os detalhes explicam que funções a política pública pretende atingir.

Em casos de super safra, como a que está ocorrendo com o milho, a tendência é que o valor dos grãos caia devido à alta disponibilidade. Em alguns casos, a abundância faz com que o preço não cubra sequer os custos de produção - o chamado preço mínimo. É só em ocasiões em que o preço está abaixo do preço mínimo que a Conab pode adquirir grãos. Ao realizar a compra pelo preço mínimo, o governo garante que produtores evitem prejuízos.

"Começa a fazer sentido o que significa o slogan do nosso governo. Sabemos que a grande maioria dos grandes produtores não apoiaram o presidente Lula, mas a eleição acabou e trabalhamos para todo Brasil", explicou o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro. Ele ainda defendeu a retomada dos estoques diante da experiência do governo Jair Bolsonaro (PL).

"A Conab tem um papel fundamental nas políticas públicas deste país. Não existe política pública [agrícola] sem empresa pública que de apoio. Não se trata de intervenção no mercado, mas de estratégia, de segurança nacional e estabilidade alimentar. O governo passado insistia em destruir políticas públicas. Cabe a nós provar a utilidade da Companhia. Em um momento cuida do produtor, no outro, do consumidor", apontou Fávaro.

Em períodos de escassez, como os que ocorrem em secas, a Conab vende os grãos estocados para conter a inflação. No caso do milho, por exemplo, isso impacta o preço de outros produtos, como a criação de animais destinadas ao consumo. A política, assim, atende tanto o produtor quanto os consumidores.

Essa foi a tônica de Paulo Teixeira, ministro do Desenvolvimento Agrário. "Um país soberano tem que ter soberania alimentar, a capacidade de alimentar seu povo. Se a política do governo passado fosse correta, não haveria 30 milhões de pessoas com insegurança alimentar grave", disse.

Teixeira anunciou ainda que pretende que o governo inclua a expansão dos armazéns da Conab no chamado PAC-3. Desde 2016, a Conab perdeu mais de 20 unidades de armazenamento, que são complexos de armazéns.

DATA DA NOTÍCIA: 29/06/2023

Título: Lula compara oposição venezuelana a Bolsonaro e diz que país tem mais eleições do que o Brasil

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/06/29/lula-compara-oposicao-venezuelana-a-bolsonaro-e-diz-que-pais-tem-mais-eleicoes-do-que-o-brasil>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a falar nesta quinta-feira (29) sobre a situação da democracia na Venezuela e afirmou que o país vizinho realiza "mais eleições do que o Brasil".

Em entrevista concedida à Rádio Gaúcha, Lula ainda comparou a oposição venezuelana de direita ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e disse que "as pessoas precisam aprender a aceitar o resultado das eleições".

"Em 2001, eu tinha apenas 20 dias de governo e criei o Grupo de Amigos da Venezuela e nós conseguimos fazer o referendo [revocatório de 2004] e o referendo foi legítimo [...]. Foi um resultado eleitoral e muitas vezes a oposição não aceita. Nós não tivemos um cidadão aqui, um sabidinho que não quis aceitar o resultado eleitoral? Não tivemos um cidadãozinho aqui que quis dar um golpe no dia 8 de janeiro? Tem gente que não quer aceitar o resultado eleitoral", disse.

O petista também afirmou que o país vizinho "tem mais eleições do que o Brasil, desde que o [ex-presidente Hugo] Chávez tomou posse". Entre 1999 e 2023, a Venezuela realizou 29 eleições entre presidenciais, regionais, parlamentares, referendos revocatórios e constitucionais.

Lula ainda criticou o que chamou de "interferência de um país dentro de outro país" e relembrou o reconhecimento de diversos países ao ex-deputado Juan Guaidó como "presidente interino" da Venezuela.

"Se a moda pega, não há mais garantia da democracia, do mandato das pessoas. Quem quiser derrotar o Maduro, que o derrote nas próximas eleições e assuma o poder. Vamos lá fiscalizar. Se não tiver uma eleição honesta, a gente fala", disse.

Desde que assumiu a Presidência, em janeiro deste ano, Lula retomou as relações diplomáticas com a Venezuela, que haviam sido rompidas durante o mandato de Bolsonaro. O petista já nomeou um encarregado de negócios para a embaixada brasileira em Caracas e recebeu o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, em visita oficial em Brasília realizada em maio.

Durante o encontro, Lula já havia criticado o que chamou de "narrativa" de que não haveria democracia na Venezuela, além de condenar o bloqueio dos EUA imposto contra o país vizinho.

Outro tema abordado pelos presidentes durante a reunião em maio foi a dívida que a Venezuela possui com o BNDES, fruto de empréstimos concedidos pelo banco a empresas brasileiras que realizaram obras em território venezuelano. À Rádio Gaúcha, Lula voltou a falar sobre o tema, defendeu a retomada de financiamentos pós-embarque pelo BNDES e disse que a Venezuela irá pagar a dívida.

"É verdade que a Venezuela não pagou porque o governo brasileiro fechou as portas para a Venezuela. Foram praticamente quatro anos sem relação. Eu conversei com o Maduro e falei que era preciso acertar o pagamento da dívida e ele vai acertar. Ele vai acertar, Cuba vai acertar e todos vão acertar porque são bons pagadores e nunca deveram ao Brasil", disse.

Segundo dados do BNDES, a dívida venezuelana atualmente é de US\$ 722 milhões de um total de mais de US\$ 1,5 bilhão dos desembolsos que foram realizados.

DATA DA NOTÍCIA: 30/06/2023

Título: TSE condena Bolsonaro e o declara inelegível por oito anos

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com/>

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/06/30/tse-condena-bolsonaro-e-o-declara-inelegivel.ghtml>

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) condenou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação nesta sexta-feira (30). Com a decisão, a Corte declarou Bolsonaro inelegível por oito anos, até 2030.

O julgamento começou em 22 de junho e terminou nesta sexta, na quarta sessão. Mesmo com recursos ainda possíveis ao próprio TSE e ao Supremo Tribunal Federal (STF), a decisão da Justiça Eleitoral já está valendo.

Bolsonaro foi condenado pela realização de uma reunião com embaixadores estrangeiros, no Palácio da Alvorada, na qual difamou sem provas o sistema eleitoral brasileiro. O encontro, ocorrido em julho de 2022, foi transmitido pela TV oficial do governo.

Na reunião -- realizada às vésperas do início do período eleitoral -- o ex-presidente fez ataques às urnas e ao sistema eleitoral, repetindo alegações já desmentidas de fraudes.

O vice na chapa de Bolsonaro, Walter Braga Netto, que também estava sob julgamento, foi absolvido por unanimidade.

A ação analisada pelo TSE foi proposta pelo PDT. No julgamento, o advogado do partido, Walber Agra, alegou que a reunião com embaixadores teve objetivo de "desmoralizar instituições" brasileiras em âmbito internacional.

O Ministério Público Eleitoral também se posicionou pela condenação e entendeu que houve abuso de poder político. Em manifestação no julgamento, o vice-procurador-geral eleitoral, Paulo Gonet, afirmou que a "conclusão dos autos conduzem que o evento foi deformado em instrumento de manobra eleitoreira, traduzindo em desvio de finalidade".

Já a defesa de Bolsonaro afirmou que o sistema eletrônico de votação não pode ser considerado um tema tabu na democracia, e que a reunião foi um evento diplomático. O advogado Tarcísio Vieira de Carvalho também alegou que o ex-presidente apenas tentou propor um debate público para aprimorar o sistema.

DATA DA NOTÍCIA: 30/06/2023

Título: Lula assume o Mercosul na próxima semana

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/81500/lula-assume-o-mercosul-na-proxima-semana>

Na próxima terça-feira (04/07), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assume o comando rotativo do Mercosul. A cerimônia acontecerá durante a 62ª Cúpula do Mercosul e Países Associados, em Puerto Iguazú, na Argentina.

O comando do grupo atualmente formado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai tem duração de seis meses. Lula recebe a presidência do argentino Alberto Fernández.

Durante o período em que Lula ocupará o posto as expectativas ficam em torno do acordo Mercosul-União Europeia.

Apesar de ser de extremo interesse para o grupo sul-americano, em sua última agenda na Europa, mais precisamente na França, onde participou do evento "Power Our Planet" e da Cúpula para um Novo Pacto Financeiro Global, Lula denunciou a hipocrisia dos países ricos quando defendem livre comércio para si e o protecionismo contra os países em desenvolvimento.

Ainda assim, o presidente brasileiro disse acreditar em um acordo comercial com a União Europeia em parceria com o Mercosul.

Segundo o secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Itamaraty, embaixador Maurício Carvalho Lyrio, o governo já está em fase de conclusão sobre pontos do acordo para apresentar durante a Cúpula da próxima semana e, posteriormente, serem levados ao bloco europeu.

Entre outras negociações latentes do Mercosul estão o acordo em o Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio (AELC, organismo composto por Noruega, Suíça, Islândia e Liechtenstein); as negociações com Cingapura, Canadá, Indonésia e Vietnã; estratégias comuns com República Dominicana e El Salvador; implementação de Chile e Colômbia ao bloco; e a conclusão da adesão da Bolívia.

DATA DA NOTÍCIA: 30/06/2023

Título: No Foro de São Paulo, Lula pede união progressista para enfrentar fascismo na América Latina

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/81478/no-foro-de-sao-paulo-lula-pede-uniao-progressista-para-enfrentar-fascismo-na-america-latina>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez um alerta sobre o avanço da direita fascista e defendeu o fortalecimento dos governos de esquerda e progressistas, ao discursar na abertura do 26º Foro de São Paulo, em Brasília, na noite de quinta-feira (29/06).

"Nós estamos em uma trincheira, nós temos que cuidar de fortalecer o papel de setores progressistas e democráticos da sociedade nesse mundo, porque a direita fascista tem crescido", afirmou o presidente.

Segundo o presidente, é necessário que a esquerda tenha uma estratégia mais agressiva para conquistar espaço na América Latina, juntamente com a elaboração de uma nova estratégia de comunicação.

Lula comentou o histórico da fundação do Foro de São Paulo, dizendo que o intuito da articulação foi juntar forças da esquerda latino-americana para discutir formas de vencer eleições democraticamente nos países da região.

Assim, lembrou das vitórias progressistas na América Latina no período de 2000 a 2016, até o golpe contra a ex-presidente Dilma Rousseff.

"A esquerda resolveu se juntar e disputar, do ponto de vista da organização democrática, os espaços políticos do nosso continente. A América Latina, e sobretudo a América do Sul, viveu seu melhor momento nessa época, com vitórias no Chile, Argentina, Brasil, Venezuela e Equador", declarou.

O petista usou seu discurso para criticar a ONU, falando da necessidade de que a organização seja atualizada, assim como o Conselho de Segurança.

"Não queremos votar para que o Brasil volte a ter destaque, mas para que a América do Sul e Latina voltem a ter destaque. Nós votamos para brigar pela autonomia nas Nações Unidas. A ONU não pode continuar com a mesma dimensão que teve em 1945 [em sua criação], é preciso aumentar os membros com países da África, América Latina e Ásia", afirmou.

Lula também discursou sobre a erradicação da desigualdade no mundo fazer parte do seu "compromisso de programa de governo". "Não é possível continuar com a desigualdade na alimentação, salário, educação, moradia, a desigualdade de gênero e racial". Presidente Lula finalizou seu discurso falando que a América Latina pode contar com ele para o avanço da integração regional.

DATA DA NOTÍCIA: 31/06/2023

Título: Com Bolsonaro inelegível, qual o futuro do bolsonarismo?

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/06/30/com-bolsonaro-inelegivel-qual-o-futuro-do-bolsonarismo>

A confirmação, nesta sexta (30), da inelegibilidade de Jair Bolsonaro (PL) encerra um capítulo da política brasileira, mas dá brecha para novos desdobramentos. O bolsonarismo seguirá vivo, e o espaço deixado pelo ex-presidente estará em disputa.

Analistas ouvidos pelo Brasil de Fato entendem que este primeiro momento será de ajustes e início de reconfiguração. A cientista social Rosemary Segurado, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), disse que foi aberta a temporada de "apostas" para saber quem vai ocupar esse lugar.

"Já tem vários cenários sendo colocados, e me parece que o momento agora é esse dessa reconfiguração. Acho interessante a gente pensar quem pode ser capaz de catalisar essa força, que ainda é muito grande, do bolsonarismo. As apostas estão colocadas, existem vários nomes na mesa e agora vai começar uma disputa, obviamente entre esses nomes, para que isso ocorra", pontuou.

Em entrevista ao Central do Brasil, programa do Brasil de Fato em parceria com a rede TVT, Segurado destacou que Bolsonaro, mesmo enfraquecido pelas sucessivas derrotas desde as eleições presidenciais de 2022, ainda tem muita força, e a atuação dele deve ter papel importante.

"O que nós temos que pensar: a inelegibilidade do Bolsonaro não é o fim do bolsonarismo. Esse momento agora é fundamental para que inclusive, dependendo da postura do próprio Bolsonaro: se ele vai conseguir pegar para si essa articulação ou vai deixar Valdemar da Costa Netto [presidente do PL] atuar livremente nesse processo", afirmou.

O economista João Pedro Stedile, integrante da direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), disse que os setores que ajudaram a eleger Bolsonaro, principalmente o mercado financeiro, não vão se movimentar em favor do ex-presidente.

"A burguesia usou o Bolsonaro como marionete. Foi a burguesia que o colocou de presidente, para ele fazer o trabalho sujo durante a crise do capitalismo. Agora, a burguesia já o abandonou", disse, em entrevista ao podcast Três Por Quatro, do Brasil de Fato.

Ainda não ficou claro, segundo Stedile, se a inelegibilidade será suficiente nesse processo. Ele acredita que, ao menos neste primeiro momento, não deverá haver movimentos consistentes dos donos do dinheiro pela prisão do ex-presidente.

"O que pode ainda ter algum tipo de acordo com a burguesia para ela orientar o Poder Judiciário se vão prendê-lo ou não. Por ora, o acordo é que basta ele perder os direitos políticos, e então ele vai parar de 'latir', e a burguesia vai usar outros. Isso é o que percebo", apontou Stedile.

Ele aponta que esses setores "viraram a página", e já trabalham para encontrar uma figura que atenda seus interesses e, ao mesmo tempo, dê "aparência democrática" ao processo. Nesse contexto, ele aposta no atual governador de São Paulo, Tarcísio Gomes de Freitas (Republicanos), descartando a possibilidade de ascensão da ex-primeira dama Michelle Bolsonaro.

"Acho difícil eles tentarem construir o nome da Michelle [Bolsonaro], porque ela também é uma arrivista da política e tem muito telhado pela frente. Eu acho que a burguesia e seus partidos de direita vão procurar outras alternativas mais viáveis do ponto de vista político", avaliou.

O próprio bolsonarismo pode não ter certeza sobre esse caminho, segundo a cientista política e professora universitária Mayra Goulart. Ela afirma que a derrota eleitoral de 2022 gerou "bateção de cabeça" dentro do núcleo do ex-presidente, especialmente por abrir caminho para o andamento dos processos contra ele - como este, que culminou com a inelegibilidade.

"O projeto do Bolsonaro não contemplava essa derrota eleitoral. Ele governou de maneira bem próxima a uma conformação autoritária, o que maximiza as chances, que já são grandes, de alguém que tem mandato conseguir se reeleger", destacou a professora da UFRJ.

Para Goulart, mesmo tendo sido parlamentar por quase 30 anos e presidente por outros quatro, Bolsonaro não se tornou um líder político efetivo. Isso faz com que, desde que deixou o poder, ele tenha dificuldade de desempenhar papel de líder da oposição ou partidário - o que tende a piorar com a inelegibilidade.

"Ele não tem treinamento para isso. Para ele interessa um tipo de exercício do poder que não é propriamente 'político' no sentido de construção de projetos, mas sim uma prática de se locupletar com os benefícios do poder, os benefícios da máquina pública".

A professora aponta, ainda, que a derrota eleitoral deixou o bolsonarismo com dificuldade para fazer uma correção de rumos. O núcleo familiar do ex-presidente, por exemplo, parece não se entender.

"Diante da derrota inesperada, há esse conflito entre os diferentes grupos dentro da família: o grupo da [ex-primeira-dama] Michelle, o grupo do próprio Jair, seus filhos... Está havendo uma desarticulação", analisou.

